



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
IF BAIANO - CAMPUS SENHOR DO BONFIM
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

RAIANE LIMA DOS ANJOS

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES
QUILOMBOLAS DE SANTA CRUZ, MIRANGABA-BA**

Senhor do Bonfim, BA

2022

RAIANE LIMA DOS ANJOS

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES
QUILOMBOLAS DE SANTA CRUZ, MIRANGABA-BA**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias do IF BAIANO – Campus- Senhor do Bonfim, como requisito para aprovação na disciplina TCC II.

Orientador(a): Prof(a).: Rosângela Caires Viana

Senhor do Bonfim, BA

2022



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
IF BAIANO - CAMPUS SENHOR DO BONFIM
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES
QUILOMBOLAS DE SANTA CRUZ, MIRANGABA-BA**

Raiane Lima dos Anjos¹

Rosângela Caires Viana²

RESUMO

Esta pesquisa buscou apresentar alternativas de comercialização justa para o grupo de mulheres da Associação Quilombola de Produtores/as de Santa Cruz, bem como avaliar as contribuições da economia solidária, para o empoderamento destas mulheres. Este artigo faz parte do trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em Ciências Agrárias do Instituto Federal Baiano- IF Baiano - Campus Senhor do Bonfim, que teve como temática “A Economia Solidária e Empoderamento Das Mulheres Quilombolas De Santa Cruz, Mirangaba-Bahia”. A referida pesquisa teve como objetivo geral analisar como os princípios da economia solidária e as potencialidades das atividades econômicas da comunidade contribuem para o empoderamento das mulheres quilombolas de Santa Cruz, BA. Além de identificar os princípios da Economia Solidária nas atividades econômicas desenvolvidas pelo grupo de mulheres de Santa Cruz; Verificar as potencialidades econômicas nas práticas cotidianas dessa comunidade quilombola e avaliar os benefícios e os desafios enfrentados pelo grupo de mulheres para a autonomia e empoderamento da comunidade. Esse estudo foi possível através de diálogos individuais, rodas de conversas e observações que deram início a partir das vivências do estágio supervisionado III. Dessa forma, a pesquisa nos fez identificar relevantes contribuições para o grupo e para a formação da pesquisadora, a exemplo da reorganização do grupo, a forma de pensar e agir das mulheres e a necessidade do aumento das atividades de extensão, aproximando comunidade e universidade, promovendo a troca de saberes. Os espaços não formais precisam

¹ Discente do IF Baiano- Campus Senhor do Bonfim / BA, orientanda, graduanda em licenciatura em ciências agrárias. E-mail: raiane.anjos11@gmail.com

² Docente do IF Baiano- Campus Senhor do Bonfim / BA, orientadora, licenciada em pedagogia, especialista. E-mail: rosangela.viana@ifbaiano.edu.br

ser visibilizados, de forma a contribuir para o aumento de políticas públicas para redução da vulnerabilidade social e econômica, além de capacitar mulheres, jovens e trabalhadores rurais.

Palavras-chave: comunidade quilombola; empoderamento feminino e economia solidária.

ABSTRACT

This research focuses on presenting alternatives on fair commercialization for the women's group of the Quilombola Association of Producers of Santa Cruz, as well as evaluating the solidarity economy contributions, for the empowerment of these women. This article is part of the undergraduate thesis for the Degree in Agricultural Sciences at Instituto Federal Baiano - IF Baiano - Campus Senhor do Bonfim, which had as its theme for this research "The Solidarity Economy and Empowerment of Quilombola Women From Santa Cruz, Mirangaba-Bahia". The general objective of the research was to analyze how the potential of community activities contribute to the empowerment of women in Santa Cruz, BA. In addition to identifying basic principles in Santa Cruz's Solidarity Economy activities; Verify the potential economic benefits in the day-to-day practice of this Quilombola community and evaluate the benefits and challenges faced by the group of women for autonomy and empowerment of the community. This study was possible through individual dialogues, conversation circles, and observations that had started from the experiences of the supervised internship III. In this way, in this research it was possible identifying relevant contributions to the group for the formation of the researcher, the form of reorganization of the group, the way of thinking and doing of the women, and the necessity to increase the number of the extension activities, making the community and the university closer, promoting an exchange of knowledge. Non-formal spaces are an important space for research and they need to be made visible, in order to contribute to the increase of public policies to reduce social and economic vulnerability, in addition to empowering women, young people, and rural workers.

Keywords: quilombola community; women empowerment and solidarity economy.

INTRODUÇÃO

O referido artigo traz relatos do projeto de pesquisa desenvolvido na comunidade quilombola de Santa Cruz, Mirangaba-BA. Que teve como objeto de estudo o grupo de mulheres da associação Quilombola de Produtores e Produtoras de Santa Cruz- AQPPSC, que trabalham com agricultura familiar, artesanato e beneficiamento do Ouricuri e coco babaçu. O grupo já praticava ações eco solidárias, mas desconheciam a temática, para além disso a comercialização destes produtos são feitos para atravessadores, o que reduz de maneira considerável o valor da venda.

A escolha da temática e do local para desenvolvimento da pesquisa surgiu a partir das vivências do estágio supervisionado III, tendo em vista a perspectivas pessoal, na qual foi levada em consideração os laços familiares e fraternos que possuímos com a comunidade e social, pois queríamos de alguma forma contribuir com o aumento da renda das mulheres e consequentemente com a melhoria da qualidade de vida das mesmas, e a partir disso verificar as contribuições da economia solidária para os empreendimentos das mulheres e da comunidade quilombola.

Nosso propósito em organizar esta pesquisa foi apresentar sobre a temática economia solidária como uma alternativa para autonomia financeira e empoderamento das mulheres sobretudo as rurais. Face a este quadro delimitamos a temática desse projeto de pesquisa PARA O tema “A Economia Solidária E Empoderamento Das Mulheres Quilombolas De Santa Cruz, Mirangaba-Bahia”.

Desse modo, é importante salientar que a economia solidária é uma forma de produção e comercialização justa e sustentável, que tem como princípios a cooperação, a autogestão, a dimensão econômica e a solidariedade, além de se apresentar como uma alternativa eficaz para redução das desigualdades sociais.

Partindo dessa constatação, buscamos compreender quais as contribuições da economia solidária para empoderamento e autonomia financeira das mulheres quilombolas de Santa Cruz, Mirangaba-BA.

Este projeto teve como objetivo norteador analisar como os princípios da economia solidária e as potencialidades das atividades econômicas da comunidade contribuem para o empoderamento das mulheres quilombolas de Santa Cruz, BA. Assim buscamos através dos objetivos específicos: identificar os princípios da Economia Solidária nas atividades econômicas desenvolvidas pelo grupo de mulheres de Santa Cruz; Verificar as potencialidades econômicas nas práticas cotidianas dessa comunidade quilombola; Avaliar os benefícios e os desafios enfrentados pelo grupo de mulheres para a autonomia e empoderamento da comunidade.

O projeto foi desenvolvido a partir de rodas de conversas, entrevistas individuais e observações do grupo.

O artigo está dividido em três sessões, a primeira é a introdução que apresenta informações norteadoras sobre o artigo, seguido do desenvolvimento que será dividido em subtítulos, no primeiro trataremos os fundamentos referentes a temática de estudo, seguido da

metodologia e fecharemos esse com os resultados e discussões. A terceira sessão trará as considerações finais do e as contribuições deste para a formação docente.

2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA CRUZ.

A fundamentação teórica será dividida em três subtítulos: Grupo de Mulheres da Comunidade Quilombola de Santa Cruz; Grupo de Mulheres Quilombola; Economia solidária como alternativa para potencialização da comercialização econômica.

O primeiro denominado “Grupo de Mulheres da Comunidade Quilombola de Santa Cruz”, abordaremos sobre a localização da comunidade, dados sobre educação e questões econômicas, para fundamentação utilizaremos decretos, dados do caderno territorial, IBGE e a obra “A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas” de Alessandra Schmitt et.all (2002).

Dando sequência no subtítulo “Mulheres Quilombola” será discorrido sobre o empoderamento feminino, e o papel dos movimentos do campo, a organizações comunitárias de base, mais especificamente sobre as associações e sobre o grupo de Mulheres.

Para fechar a nossa fundamentação teórica, traremos dados do IPEA 2016 e Laville (2009), para evidenciar a economia solidária como uma alternativa econômica viável.

2.1 GRUPO DE MULHERES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA CRUZ

A comunidade quilombola de Santa Cruz está localizada no município de Mirangaba, no território Piemonte da Diamantina, estado da Bahia. A comunidade está a aproximadamente 30 km do município de Mirangaba, possui por volta de 150 famílias, sendo cerca de 35% destas chefiadas por mulheres.

O território de identidade Piemonte da Diamantina situa-se na porção do nordeste central do Estado da Bahia, com uma extensão territorial de 11.660,41 km² e apresenta uma população de 229.633 habitantes, sendo que 38% dessa população residem na zonal rural. O território é constituído pelos municípios de Caém, Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouro-lândia Saúde, Umburanas e Várzea Nova. Destes os municípios de

Umburanas, Ouro-lândia, Caém e Mirangaba, apresentam mais de 50% de sua população residente na zona rural, enquanto os demais municípios apresentam maior percentagem de população residente na zona urbana (CADERNO TERRITORIAL, 2015).

De acordo a dados do censo demográfico de 2010, cerca de 31,625 da população mirangabense são extremamente pobres, e outros 77,87 estão vulneráveis a pobreza (IBGE, 2010). A renda dos munícipes é oriunda da agricultura e pecuária, do serviço público e de programas de combate à fome e pobreza do governo federal (Auxílio Brasil, antigo bolsa família e Garantia safra).

A comunidade de Santa Cruz é remanescente de quilombo, tal reconhecimento veio no ano de 2009, seis anos após o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, publicar o Decreto Federal Nº 4.8878 que identifica, delimita e demarca e realiza a titulação das áreas ocupadas por remanescentes dos quilombos, dando mais força e notoriedade aos povos tradicionais (BRASIL, 2009).

De acordo com Schimitt et.all:

os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigilância do sistema escravocrata quanto após a sua extinção (SCHIMITT, TURATTI e CARVALHO, 2002,p.03) .

Demarcar e regulamentar as áreas de quilombos é uma ação reparadora do estado, que assegura a posse sobre terras que historicamente ocupam. Sendo a existência dos quilombos um ato de resistência.

A renda predominante dessa comunidade é oriunda da agricultura familiar e/ou de programas sociais como o bolsa família, atual auxílio Brasil, que foi criado com a finalidade de distribuir renda para famílias em estado de vulnerabilidade social ou extrema pobreza, com renda familiar per capita mensal de até R\$210,00 (Brasil, Ministério da Cidadania).

Convém salientar que aproximadamente 3% da comunidade possui ensino superior, sendo que 85% destas são mulheres e 15% da população está no grupo dos/as analfabetos/as. Esses baixos índices de escolaridade associados aos altos índices de vulnerabilidade social e a precocidade da vida sexual tem elevado os casos de gravidez na adolescência e de mães solo.

Um outro fator que tem contribuído para o crescente número de mães solo é o êxodo rural, em busca de trabalho e de condições dignas de sobrevivência, os homens da comunidade têm migrado para outros estados, deixando mulheres e filhos. Com isso as mulheres passam a

ser as únicas responsáveis pela criação e educação de seus filhos, o que afeta também na construção dos laços familiares.

Convém salientar que além dos fatores supracitados, no ano de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a pandemia da COVID-19, em decorrência da corona vírus, um vírus chamado de Sars-Cov-2. A referida pandemia ainda persiste aos dias atuais, sendo impactante e corroborando para o aumento das desigualdades sociais de gênero, e o aumento de violência doméstica tanto nos centros urbanos como no campo.

2.2 GRUPO DE MULHERES QUILOMBOLA

O Grupo de mulheres surgiu em 2019, a partir da fundação da associação quilombola de Produtores e Produtoras de Santa Cruz. Essa associação é composta predominantemente por mulheres, foi fundada com o intuito de buscar alternativas para solucionar problemas que persistiam a anos, como a falta de direitos constitucionais básicos, de saneamento básico, pavimentação, água, emprego e renda para a comunidade local.

Para Jalil *et.al* (2018) é urgente se ter um olhar crítico que valorize os diferentes saberes, conhecimentos e práticas das mulheres. Diante disso, era necessário criar alternativas eficazes, que dessem visibilidade as mulheres quilombolas, tornando-as sujeitos políticos e contribuíssem para a autonomia financeira delas. Deste modo, surgiu o grupo de mulheres da comunidade, como um espaço político, de troca de saberes, de geração de renda, de visibilidade da mulher negra e principalmente um espaço de acolhimento.

De acordo com Oliva e Ferreira (2008, p.04)

Para muitas mulheres, os movimentos sociais passaram a ser não só para reivindicar direitos, bem como para promover uma ruptura com a situação de confinamento no âmbito privado, uma vez que, a submissão e o machismo contribuía para a reprodução de uma sociedade desigual, onde a violência doméstica em muitos casos aterrorizava e não permitia a autonomia das mesmas.

O movimento social através dos coletivos e organizações, deu voz a mulheres que há algum tempo eram responsáveis exclusivamente pelo cuidado da casa e dos filhos, o direito a escolha de ser mãe, de se casar, de cuidar da casa, de trabalhar, de ser o que quiser. Possibilitou a luta incansável para que direitos básicos sejam assegurados, mulheres estas que estão inseridas em comunidades que estão em situação de extrema pobreza ou vulnerabilidade social, e tiveram suas situações agravadas mediante atual momento pandêmico vivenciado como já destacado.

Para Jalil *et.all* (2018)

A teoria crítica feminista fortalece a luta das mulheres enquanto sujeito político de direitos, que se materializa pelo direito à fala; à terra; à água; ao território; no acesso às políticas públicas; no processo de empoderamento; na luta por autonomia; na construção de outras formas de economias; pelas relações de solidariedade; reciprocidade; pela prática do cuidado e amorosidade; pela construção de mercados; no reconhecimento dos bens comuns indispensáveis à vida; à natureza como nossa mãe e irmã; aos saberes descolonizados e ecológicos; à luta contra todas as formas de violências.

Levar informações sobre a luta histórica do feminismo para o campo, é fundamental, tendo em vista que este é um espaço onde várias mulheres são violentadas diariamente, onde os cuidados com a lavoura no fundo do quintal, não é vista como trabalho, e a comercialização e os recursos provenientes destas lavouras, muitas vezes ficam restrito aos homens.

Desse modo, trazer a temática sobre economia solidária para essa pesquisa contribuirá para dialogar com a comunidade. Além disso, destacar sobre o desenvolvimento econômico de Santa Cruz, a participação feminina nos espaços de decisão e de geração de emprego e renda, a redução dos índices de desemprego local e de problemas como o êxodo rural.

2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA PARA POTENCIALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS.

A economia solidária surge como contraponto ao sistema capitalista, que tem o dinheiro como o centro do sistema. Neste tipo de economia considera-se o indivíduo e o meio em que está inserido, além da adoção de práticas sustentáveis de produção, a comercialização passa a ser não pelo dinheiro, mas para suprir as necessidades do indivíduo adotando princípios da cooperação e autogestão por exemplo.

Para Laville (2009, p.27) a economia solidária/popular busca estabelecer o “comércio justo, o qual procura submeter as relações comerciais ao respeito pelos produtores e à preservação do ambiente”. A referida autora salienta sobre a importância da remuneração justa dos produtores e os saberes e sabores do produto. “O essencial é dominar a fileira para remunerar melhor o produtor e recuperar a dimensão humana e cultural da troca, permitindo ao comprador compreender as condições em que o bem que adquire é produzido”. (LAVILE, 2009, p.28/29)

Buscar alternativas de comercialização é o primeiro passo pela busca de um comércio justo. A venda direta para revendedores, despreza histórias das mulheres e o tempo empenhado pelas mesmas para a produção de produtos únicos, que carregam consigo a tradição e a cultura da comunidade.

Seguindo essa linha de raciocínio, Gaiger (2008, p.13) salienta sobre a vinculação direta do trabalhador e o empreendimento “nos empreendimentos solidários, capital e trabalho encontram-se vinculados às mesmas pessoas: os ‘trabalhadores associados’”, ou seja, na economia solidária, o sócio é seu próprio patrão e empregado.

Nos empreendimentos solidários, a pessoa é responsável pelo crescimento de seu negócio, entretanto vale ressaltar as dificuldades com mídia e ferramentas de comunicação, que são fundamentais para a comercialização justa dos produtos do grupo.

Além disso, podemos destacar que no Brasil, de acordo com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA 2016, existem 19.708 empreendimentos organizados e distribuídos entre os estados da Federação brasileira, sendo que cerca de 40,8% dos mapeados se encontram na região Nordeste e 60% destes estão organizados através de associações e 46,2% dos estabelecimentos surgiram como alternativa para o desemprego (IPEA, 2016).

O estudo realizado pelo IPEA também aponta dados sobre a relação de gênero, dos 1.423,631 sócios dos empreendimentos da economia solidária, 43,6% são mulheres, o que ressalta a importância de apoiar e contribuir para a organização de grupo de mulheres. Ainda de acordo a esses dados, a falta de capital de giro e os custos com transporte são as maiores dificuldades dos empreendimentos solidários (IPEA, 2016).

Os números são bastante consideráveis, entretanto diante da situação de pobreza e extrema pobreza vivenciada pelo país, além dos altos índices de desemprego no Brasil, é preciso divulgar mais a temática, e buscar estratégias para aberturas/organização de novos empreendimentos, sobre tudo nas áreas periféricas, visando contribuir para o empoderamento das famílias, sobretudo de mulheres e jovens.

Ainda de acordo com dados do IPEA, a dificuldade de financiamento é uma das maiores enfrentadas pelos grupos eco solidários, e como alternativa para sanar ou reduzir essas dificuldades, surgem os Bancos Comunitários de Desenvolvimento- BCDs, que para Menezes *et al* (2019, pag.6) “os BCDs podem ser classificados como uma modalidade de organização socioeconômica inovadora na gestão do microcrédito junto às populações empobrecidas”

Face a tais considerações, podemos destacar que as adoções de práticas como os bancos comunitários não anulam ou substituem o papel dos órgãos federativos brasileiros. Esses órgãos precisam criar políticas públicas eficazes que auxiliem no melhor desempenho e gestão dos empreendimentos, na criação de fundos da economia solidária, para assegurar o capital de giro

para estes empreendimentos em momentos de crise, e na capacitação constante das mulheres e jovens, além do fortalecimento das comunidades através da assistência técnica e extensão rural específica para empreendimentos da economia solidária.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida na comunidade quilombola de Santa Cruz, município de Mirangaba, situada no território de identidade Piemonte da Diamantina, região norte do estado da Bahia.

Quanto ao método foi utilizado qualitativa, que para Gil (2008) possibilita uma interpretação dinâmica e que condiz com a realidade, já que estabelece que os fatos sociais, precisam está associado as influências políticas, econômicas e culturais.

Para a análise dos dados utilizamos a abordagem qualitativa de cunho descritiva, que consiste em reunir, investigar e discutir os dados levantados através das observações e das entrevistas.

Quanto a pesquisa foi de caráter descritivo e teve como objetivo proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo (GIL,2008), acerca do grupo de Mulheres Quilombola de Santa Cruz.

Para realização da pesquisa e com o intuito de obter dados sociais mais relevantes para este trabalho foram realizadas entrevistas semiestruturadas e o estudo de campo. De acordo com Gil (2008), estas entrevistas possibilitam uma investigação do tema com mais profundidade, enquanto o estudo de campo tende a utilizar mais técnicas de observação do que de interrogação. As entrevistas foram organizadas a partir de um roteiro com questões subjetivas, para elaborar esse roteiro foi necessário realizar algumas observações e assim articular uma roda de conversa em que foi entregue o termo de consentimento livre e esclarecido para explicar o propósito da pesquisa, bem como manter os dados e nomes em sigilo, o qual foram utilizados apenas para coleta de informações dessa pesquisa. E posteriormente foi desenvolvido entrevistas com 10 mulheres do grupo.

3.1 COLETA DE DADOS

O estudo foi realizado com 10 mulheres que compõem o grupo de Mulheres Quilombola, que foram selecionadas de acordo com o envolvimento e disponibilidade para participar das entrevistas. As entrevistas possibilitaram encontrar e discutir quais as principais potencialidades das unidades de produção familiar e levantamento da renda per capita da família, bem como abordar a relevância dessa temática para a comunidade.

A coleta de dados deu-se a em três momentos a saber:

- 1) Observação do Grupo de Mulheres;
- 2) Realização de roda de conversa;
- 3) Realização de entrevista individual.

A análise dos dados foi dividida em três etapas que consistiram na leitura de todos os dados coletados e a categorização, apresentação dos dados para a comunidade e interpretação destes dados.

A partir desta pesquisa, esperamos dar visibilidade as mulheres quilombolas de Santa Cruz e aos saberes e sabores da comunidade, além de abrir espaço para que novos projetos de pesquisa surjam na comunidade, que venham contribuir para o empoderamento da mulher negra rural e na autonomia financeira delas.

Como resultados esperados, buscamos o empoderamento da mulher negra e quilombola, a comercialização dos produtos da comunidade, via redes sociais, a ideia é que os revendedores deixem de ser a única alternativa de venda, e que o grupo possa vender direto para o consumidor final. Além de contribuir para o estímulo para produção de trabalhos científicos sobre a comunidade de Santa Cruz, a valorização das mulheres e entender as contribuições da economia solidária para a comunidade quilombola.

A avaliação das atividades desenvolvidas no decorrer do projeto, ocorreu de forma coletiva entre as participantes diretas do projeto e a diretoria da AQPPSC.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A proposta dessa pesquisa foi investigar as contribuições da economia solidária, para o desenvolvimento local sustentável na comunidade quilombola de Santa Cruz, as atividades

desenvolvidas na comunidade têm por objetivo contribuir com a comunidade, com o meio ambiente e com o grupo de mulheres.

A economia solidária apresenta-se como uma forma de trabalho alternativa, para a geração de emprego e renda digna, sobretudo em comunidades que se encontram em estado de vulnerabilidade social.

Nessa perspectiva, procurou-se identificar por meio das entrevistas, a situação econômica das famílias, as potencialidades da comunidade e as dimensões do trabalho desenvolvido na associação pelo grupo de mulheres. Ao perguntar às entrevistadas sobre a realização de alguma ação voltada para a geração de renda na comunidade, e que possibilite a autonomia das mulheres, as respostas se deram da seguinte forma:

“Quando pensamos em formar o grupo de mulheres, é porque queríamos de alguma forma, ajudar na geração de renda, fomos para o mato buscar palmeira para fazer cestos, somos guerreiras, e capazes de garantir uma melhor qualidade de vida para as mulheres da comunidade.”E1

“Quando começamos aqui, foi uma luta, tinha que trazer os meninos, depois as meninas vieram com o projeto de leitura, que ajudou bastante, e hoje nós temos a cozinha comunitária, mais ainda falta a gente ir para a feira, vender os produtos da associação, que o povo fica com vergonha, e sempre vai só um ou dois.”E2

Por meio destes relatos, percebe-se que dentro da associação, embora exista uma organização constante para aquisição de equipamentos, e para confecção de produtos, ainda existe uma dificuldade explícita na comercialização. A comunidade realizou tentativas de comercialização pelas plataformas digitais, mas a falta de conhecimentos tecnológicos limitara-as, o que deixa nítido também o interesse dos jovens da comunidade na associação e grupo de mulheres.

Sobre a comercialização em feiras da economia solidária, a entrevistada destaca ainda as dificuldades de locomoção, tendo em vista que a associação não dispõe de transportes, ficando dependente de pessoas da comunidade que dispõe de transporte e de órgãos públicos.

“Aqui é muito difícil para a gente participar de feiras, a gente não tem transporte e é muita coisa para levar, para mostrar nas feiras.” E3

A não participação em feiras da economia solidária e a não comercialização nas redes sociais, apresentam um grande risco de estagnação da renda do empreendimento. Além disso interfere diretamente na comercialização justa dos produtos, tendo em vista que a venda dos produtos se limita a revendedores.

A quarta entrevistada, destaca ainda a desvalorização dos produtos, o que tem gerado insatisfação e desmotivação de boa parte do grupo.

“A gente tenta continuar aqui, trabalhando, mas é difícil! Esses dias eu falei para o rapaz que eu entrego as peneiras que ia aumentar um real, que as coisas estão caras, e ele disse que não dava para pagar, que tava caro. Tudo aumenta, e a gente não pode aumentar, é difícil ir buscar a palha da palmeira, mas ninguém vê isso.” (E4)

A desvalorização dos produtos artesanais está enraizada em nosso país, e são inúmeros os relatos do tipo, por outros empreendimentos eco solidários, é preciso uma divulgação ampla do trabalho realizado pelas artesãs, a compreensão que são peças únicas, é preciso mostrar os rostos e mãos por trás de cada peneira, cesto, bolo produzido. É preciso compreender que não são meros produtos que estão sendo comercializados, mas histórias que precisam ser respeitadas.

Quando adentramos na comunidade, era perceptível o desprezo quanto a identidade quilombola e a resistência da comunidade ao reconhecimento como tal. Entendemos que tratar sobre a temática de estudo que é a economia solidária, era fundamental, mas não podíamos adentrar na temática, sem antes tentar resgatar a identidade da comunidade. Inicialmente nossas rodas de conversa tiveram como tema central a identidade negra quilombola, buscamos contextualizar a origem dos quilombos, e resgatar o período em que a comunidade foi reconhecida, através de questionamentos, demos uma volta ao tempo para lembrar todos os avanços conquistados para a comunidade, pós certificação. Dentre os momentos mais gratificantes nessas rodas de conversa, foi ver mulheres negras, que outrora não se reconheciam tal, dizerem eu sou quilombola e tenho orgulho de ser quilombola.

O grupo sempre praticou ações eco solidárias, entretanto desconheciam a nomenclatura. A troca de saberes, a comercialização dos produtos como fonte de renda para todo o grupo, a busca de matéria prima em conjunto, a vontade de ver o grupo se tornar algo grande, o negócio deles, são princípios da economia solidária, e o nosso trabalho na comunidade, deu nome para o que eles faziam.

A comunidade quilombola de Santa Cruz tem um grande potencial agrícola, pecuário e extrativista. As mulheres são muito empenhadas no processo produtivo, e o que falta são alternativas de comercialização, a partir das rodas de conversa sentimos a necessidade de envolver os jovens nesse processo, tendo em vista a facilidade de manuseio das ferramentas tecnológicas. Algumas rodas de conversas foram realizadas com a juventude do quilombo, mas

compreendemos que precisa de um número maior de intervenções, e também capacitações destes jovens.

É preciso quebrar as barreiras entre instituição de ensino e universidade. É preciso trabalhos de extensão sobre boas práticas de manejo, beneficiamento do coco babaçu, Ouricuri, e frutas de cultura perenes, levar informações sobre criação de rotulos e a utilização dos meios de comunicação. O *instagram* é uma importante ferramenta de comercialização gratuita, e levar informações pertinentes sobre a utilização das mesmas de forma comercial, pode contribuir para a retirada de muitas famílias da extrema pobreza, utilizando potenciais da própria comunidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar este trabalho de pesquisa com o grupo de mulheres da AQPPSC, nos transforma não apenas como profissionais, mas como seres humanos. Ao longo da pesquisa conhecemos histórias, de mulheres que batalham diariamente em busca de condições mais dignas de sobrevivência, de mães que lutam pela permanência dos filhos ao seu lado e ao mesmo tempo estimulam que seus filhos busquem melhores condições de vida nos grandes centros.

Ao longo da realização da pesquisa, alcançamos diversas considerações. Os princípios da economia solidária passaram a ser amplamente divulgado nos últimos anos, trazendo assim novas formas de viver, comercializar e comprar. Levar a temática para as comunidades rurais, possibilita a ressignificação tão necessárias de ações cotidianas, além de contribuir para a redução da vulnerabilidade social. O conhecimento é a arma mais poderosa que temos, algo que ninguém pode nos tirar, e uma comunidade consciente é capaz de fazer voos para lugares inimagináveis.

Entendemos que não é possível transformar a realidade de uma comunidade, em um período de tempo tão curto, mas acreditamos que sementes foram plantadas, e que a longo prazo os resultados deste trabalho aparecerão.

Contudo é preciso destacar os avanços significativos obtidos, a exemplo da forma de pensar e agir das mulheres, entretanto vale salientar a necessidade de um trabalho constante e mais abrangente com a comunidade, tendo em vista que os resultados serão mais evidentes a longo prazo.

Podemos destacar também a criação do *Instagram* da AQPPSC, que vem como uma possibilidade de comercialização dos produtos, o sentimento de pertencimento e de identidade quilombola que foi resgatado e a tentativa de participação de feiras da economia solidária.

Reiteramos que o conhecimento é fundamental para a autonomia das mulheres, e que a autonomia perpassa pela liberdade financeira. Um leque de oportunidades foram abertas, e a parceria instituição de ensino e comunidade precisa acontecer, as atividades de extensão, são fundamentais e impactam diretamente em nossa formação enquanto docentes, ser professor vai além de uma sala de aula, e esses espaços não formais precisam ser ocupados.

É preciso pensar no aumento das atividades de extensão, e trazer as comunidades rurais para perto das universidades, promovendo a troca de saberes. Os espaços não formais precisam ser visibilizados, para contribuir para o aumento de políticas públicas, de reduzir a vulnerabilidade social e econômica, além de capacitar mulheres, jovens e trabalhadores rurais.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Decreto Federal nº 4.8878**, de 20 de novembro de 2003.

Brasil. **Caderno Territorial Piemonte da Diamantina**, de maio 2015.

GAIGER,G. **A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes**. Santa Catarina: Revista Takalysis. vol. 11, núm. 1, janeiro-junho, 2008, pp. 11-19.

GIL, A. **Dados e técnicas da pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico Município de Mirangaba. 2010.

JALIL, L et.all. **Pedagogia Feminista como processo educativo para a reflexão da política pública de ATER no Nordeste**. Pernambuco: Revista interterritórios,2018.

LAVILLE, J. **A economia solidária: Um movimento internacional**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, março 2009: 7-47.

MENEZES, D.; SANTOS, R.; MARIANO.S. **Bancos comunitários de desenvolvimento: uma análise bibliométrica**. Rio de Janeiro: Gestão & Regionalidade - Vol. 35 - Nº106 - set-dez/2019.

PINHEIRO, Daniel. **Economia Solidária: Uma Revisão Teórica a Partir dos Seus “Múltiplos” Conceitos**. Revista NAU Social - v.3, n.5, p. 85-105 Nov 2012/Abr 2013.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria; CARVALHO, Maria. **A atualização do conceito de quilombo: Identidade e território nas definições teóricas**. Ambiente & Sociedade - 2002.

SIES. **Análise dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil**, 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7424/1/td_2271.pdf. Acesso em 20/02/2022.

